

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

& O USO DE DIVERSAS PARTES DO BRASIL É O MELHOR MESTRE: O CONCEITO DE USO NO PENSAMENTO LINGUÍSTICO DE ANCHIETA

Leonardo Ferreira Kaltner, Melyssa Cardozo Silva dos Santos

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7901>

Submetido em: 2024-01-17

Postado em: 2024-01-29 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

& O USO DE DIVERSAS PARTES DO BRASIL ERA O MELHOR ENTRE THE CONCEPT OF USAGE IN ANCHIETA'S LINGUISTIC THOUGHT

& O USO DE DIVERSAS PARTES DO BRASIL ERA O MELHOR ENTRE: O CONCEITO DE USO NO PENSAMENTO LINGUÍSTICO DE ANCHIETA

Leonardo Ferreira Kaltner

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. ORCID:
<https://orcid.org/0000-0003-3690-3132>

Melyssa Cardozo Silva dos Santos

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. ORCID:
<https://orcid.org/0000-0003-0279-1611>

ABSTRACT

Studying indigenous languages is, in a way, supporting the current social and political causes of native peoples. The article aims to discuss the concept of usage according to the linguistic thought of José de Anchieta (1534-1597), based on the text *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (Anchieta, 1990 [1595]). The term usage (uso) is documented at various points in his grammar, which describes the Tupinambá language used in the intercultural catechesis activities of the 16th-century Portuguese America. The theoretical and methodological foundation employed in the research is Historiography of Linguistics, following the model of Konrad Koerner (2014) and Pierre Swiggers (2019; Batista, 2019), aiming to investigate Anchieta's linguistic thought. The investigation's outcome reveals the relationship between the missionary's use of the term usage and theological-philosophical and grammatical conceptions that influenced his thinking. This demonstrates the prevalent linguistic thought in the missionary policy of 16th-century Portuguese America, within which his grammatical work is situated.

Keywords: Anchieta, Linguistic thought, Concept of usage.

RESUMO

Estudar as línguas indígenas é, de certa forma, apoiar as causas sociais e políticas atuais dos povos originários. O artigo tem como objetivo debater o conceito de uso segundo o pensamento linguístico de José de Anchieta (1534-1597), a partir do texto *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (Anchieta, 1990 [1595]). O termo uso é registrado em diversos momentos em sua gramática que descreve a língua tupinambá empregada nas

atividades de catequese intercultural da América portuguesa quinhentista. A fundamentação teórico-metodológica a ser empregada na pesquisa é a Historiografia da Linguística, conforme o modelo de Konrad Koerner (2014) e Pierre Swiggers (2019; Batista, 2019), em que temos como escopo a investigação do pensamento linguístico (linguistic thought) de Anchieta. Como resultado da investigação, encontramos a relação do emprego do termo uso na obra do missionário com concepções teológico-filosóficas e gramaticais que influíram em seu pensamento, o que denota o pensamento linguístico vigente na política missionária da América portuguesa do século XVI, em que a sua obra gramatical se situa.

Palavras-chave: Anchieta, Pensamento linguístico, Conceito de uso.

Artigo submetido à Revista da ABRALIN

Introdução

As reflexões desenvolvidas pela disciplina de Historiografia da Linguística (HL) são auxiliares ao desenvolvimento de uma Ciência Básica para os Estudos de Linguagem, a Linguística contemporânea no Brasil. Debater a história dos conceitos e o seu desenvolvimento sociohistórico no pensamento linguístico é uma tarefa metateórica que auxilia o linguista desenvolver um senso crítico quanto ao próprio desenvolvimento temporal das Ciências da Linguagem, de modo geral (Batista, 2019). Nesse aspecto, a reflexão metahistórica tem por finalidade também analisar aspectos que evidenciem a formação do pensamento linguístico em sua relação intrínseca com a sociedade, assim resultando na interpretação de processos e processualidades no desenvolvimento de uma história do pensamento linguístico no Brasil.

Ronaldo Batista (2019) ao debater a questão teórica da HL menciona a importância da dimensão social na abordagem histórica para o método da disciplina, com nítida influência da interdisciplinaridade que caracterizou a Escola dos Annales francesa, no desenvolvimento de uma história social, o que desenvolvemos em nossa análise no presente artigo:

Diferentes autores (v. Burke, 2011) indicam que um dos ganhos da corrente renovada francesa no final da primeira metade do século XX foi não só a observação de temas antes não privilegiados, como também a ampliação do espaço acadêmico para uma história social, construída em grande parte com o diálogo com outras áreas do saber vizinhas, como caracteriza Darnton (2010), a Antropologia, a Sociologia, a Literatura, a Linguística (Batista, 2019, p. 15-16).

Especificamente, trata-se o presente artigo de um estudo sobre o emprego do conceito de “uso” por José de Anchieta (1534-1597) em sua *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (Anchieta, 1990 [1595]), texto fundador da tradição gramatical no Brasil (Cavaliere, 2022). O termo uso é recorrente na obra gramatical e o seu emprego reiterado chamou a atenção de outros intérpretes da obra do missionário, como Otto Zwartjes (2011). No artigo, buscaremos elucidar essa questão analisando metahistóricamente o que o conceito de uso poderia ter representado no contexto da América portuguesa quinhentista; e como caracterizou a intelectualidade missionária europeia que foi pioneira na descrição gramatical das línguas indígenas dos povos originários nesse contexto. Quanto à justificativa

do estudo historiográfico atual sobre o pensamento linguístico de Anchieta, ocorre que a pesquisa linguística e historiográfica sobre as línguas indígenas é, de certa forma, também um apoio às causas sociais e políticas atuais dos povos originários, tendo em vista que demonstram como as tradições de pensamento do Brasil não tiveram base apenas em uma matriz europeia.

O título do artigo é retirado da própria gramática e transliterado de forma semidiplomática: “& o uso de diuerfas partes do Brafil fera o melhor meftre” (e o uso de diversas partes do Brasil será o melhor mestre) (Anchieta, 1595, fol. 2v). Pelo título temos uma declaração de Anchieta bem contundente sobre o aprendizado da língua tupinambá, a língua mais falada na costa do Brasil à sua época, em que o uso foi o seu melhor mestre, declaração válida para os que queriam aprender a língua, que variava conforme as diversas partes do Brasil. Essa afirmação, ainda que à primeira vista pareça apenas um comentário geral, é uma das bases teóricas do pensamento linguístico de Anchieta, como buscaremos demonstrar. O gramático registra o estado de coisas em que se encontrava o contato linguístico entre missionários europeus e os povos originários no território da América portuguesa e uma concepção linguística pautada na corrente do humanismo renascentista (Kaltner, 2020).

O conceito quinhentista de uso, por sua vez, remete-se a um modelo teórico de base empírica, o que se relaciona ao “horizonte de retrospecto” (Koerner, 2014) de Anchieta e à missão na América portuguesa quinhentista. Todavia, convém lembrar que esse conceito não foi desenvolvido pelos missionários no Brasil, antes tendo sido fruto de um debate iniciado no “clima de opinião” (Koerner, 2014; Auroux, 1992) do humanismo renascentista europeu, sobretudo no contexto itálico, em que se desenvolveu inicialmente o *modus italicus* para o estudo da língua latina. Nesse contexto, encontramos já um debate entre os conceitos antagônicos de *ratio* (razão) e *usus* (uso), no pensamento do gramático e humanista Lorenzo Valla (1407-1457), autor das *Elegantiae linguae latinae* (O uso elegante da língua latina) (1441) (Regoliosi, 2010). Valla foi um reformador da gramática e da lógica latinas no Renascimento.

1. O conceito de uso nos primeiros capítulos da arte de Anchieta

A hipótese que defendemos é a de que o conceito de uso era um termo “T-teórico” (Swiggers, 2019) no pensamento linguístico de Anchieta, isto é, era um conceito central para o desenvolvimento de seu pensamento linguístico e para a descrição da língua tupinambá. Do conceito de uso teria se originado a adaptação de outros conceitos da gramática humanística latino-portuguesa para a descrição da língua indígena. Esse conceito de uso estava relacionado com outro conceito humanístico mais específico, empregado pelo missionário e gramático, o conceito de “viva voz” (viva voz) (Anchieta, 1595, fol. 8f). O conceito de viva voz era uma tradução portuguesa do conceito latino de “*viva vox*”, desenvolvido pelos gramáticos humanistas do Renascimento, mas registrado sobretudo nos *Adagia* (Adágios) de Erasmo, de Roterdã (1466-1536).

O conceito de uso é teorizado e empregado largamente por Anchieta sobretudo nos três primeiros capítulos da gramática. Esses três capítulos formam uma unidade no corpo da obra por tratarem especificamente dos sons da língua tupinambá, isto é, do que Martinet (Fiorin, 2012) classificou como a segunda articulação da linguagem. Os capítulos da obra de Anchieta

são intitulados: *Das letras Cap. I, Da orthographia, ou pronunciação Cap. II, De Accentu Cap. III* (Anchieta, 1990 [1595]), e revelam um método progressivo na descrição dos sons da língua tupinambá em três etapas, que vai do elemento unitário mais simples, da letra, às dições (palavras) e, por fim, ao acento. Essa perspectiva de descrever a língua dos elementos mais simples para os mais complexos era uma herança da tradição greco-latina e do modelo de gramática humanística.

De modo geral, o recurso empregado pelo missionário para descrever os sons da língua tupinambá é apoiar a descrição da língua indígena na língua portuguesa, tendo empregado o alfabeto latino-português em sua descrição linguística, logo o português atuava como um superstrato na descrição dos missionários. Como os sons da língua tupinambá divergiam dos sons da língua portuguesa e da língua latina, houve uma adaptação dos sons da língua indígena de seu sistema para outro, e essa adaptação foi apresentada por sucessivas regras gramaticais de transcrição apresentadas por Anchieta, que buscou sistematizar um sistema de escrita para a língua tupinambá equivalente ao sistema de escrita português.

Todavia, nesse contraste, apenas a língua indígena é descrita, já a língua portuguesa é apresentada com valor de oposição, sem ser descrita, logo o “usuário” (Swiggers, 2019) da gramática era um falante de português conhecedor da gramática humanística latino-portuguesa, um típico humanista de Coimbra, ou estudante das instituições quinhentistas desse contexto. Logo, nesse domínio dos sons da língua tupinambá, o missionário apresenta o fato de que apenas o “uso” ensinará a falar a língua indígena corretamente, muito mais do que a descrição das regras gramaticais. As regras de emprego de letras na transcrição da língua, que levam a uma ortografia e pronúncia mais aproximada do latim e do português são resultado de uma especulação sobre todas as diferenças notadas entre a língua portuguesa e a língua tupinambá.

Vejamos a descrição e o emprego do conceito de uso por Anchieta:

¶ Ilto das letras, orthographia, pronunciação, & accentu, feruira pera faberem pronunciar, o que acharem escrito, os que começam aprender: mas como a lingua do Brasil não está em escrito, senão no continuo uso do falar, o mesmo uso, & viva voz háfinará melhor as muitas variedades que têm, porque no escrever, & accentuar cada hum fará como lhe melhor parecer.

✕ As mudanças das letras que ficam atrás, ferirão pera não se repetir ao diante hã coufa à cada regra pro q̃ a estas hão de recorrer. Pofto que sempre há algũas exceções, que o uso infinará (Anchieta, 1595, fol. 8f).

(Isto, das letras, ortografia, pronúncia e acento, servirá para saberem pronunciar o que acharem escrito os que começam a aprender [a língua tupinambá], mas como a língua do Brasil não possui escrita, [existindo] senão no contínuo uso do falar, o mesmo uso e a viva voz ensinarão melhor as muitas variedades que têm, porque no escrever e acentuar, cada um fará como melhor lhe parecer.

As mudanças das letras que foram antes descritas, servirão para não se repetir [mais] adiante a mesma coisa à cada regra, pelo que a estas [regras] devem antes recorrer. Por outro lado, há algumas exceções que o uso ensinará).

A fim de compreendermos o que Anchieta considerava como “uso”, devemos nos ater ao segundo conceito, a que este é vinculado, o conceito humanístico de “viva voz”, tão característico do pensamento dos humanistas que chegou a ser teorizado em pormenores

por Erasmo no adágio 117, cujo título é *Viva vox*. A concepção humanística erasmiana valorizava justamente o que era falado, em oposição à tradição escrita, o que Anchieta descreveu em sua *ars grammatica*, em relação à língua tupinambá. Quando o missionário afirma que “o uso de diversas partes do Brasil será o melhor mestre” (o uso de diversas partes do Brasil será o melhor mestre) (Anchieta, 1595, fol. 2v), está declarando que o melhor “mestre” para o ensino da língua indígena é o próprio convívio com os povos originários, em sua comunidade de fala, à “viva voz”.

Dos três capítulos iniciais de sua gramática, o segundo capítulo é o mais extenso, intitulado: *Da orthographia, ou pronunciação Cap. II*, esse capítulo, segundo a leitura de Armando Cardoso (Anchieta, 1990 [1595]) trata dos “metaplasmos” (*metaplasmi*) da língua tupinambá, o que para a Linguística moderna está relacionado à mudança de fones, processo fundamental para o conhecimento da fonologia da língua indígena, do grupo tupi-guarani. No segundo capítulo da gramática, Anchieta descreve as regras, ou regularidades, para essas mudanças de fones, tendo sido apresentados trinta e quatro casos específicos na língua (Anchieta, 1595, fol. 2f-7f), todos os casos aprendidos pelo missionário conforme o uso. Todavia, essas regras não foram por eles consideradas absolutas, tendo em vista que podiam ainda variar de acordo com a comunidade de fala em que se situava.

O conceito de uso é citado por Anchieta de forma qualificada, como o “mais universal uso” quando este equivale a uma regra, ou regularidade, gramatical. Essa ocorrência é registrada uma vez na gramática: “Mas o mais vniuerfal vfo, maxime em verbos compoitos com outros verbos, ou aduerbios, &c. he tirarfe a vltima confoante do primeiro verbo, vt *acepiâc*, *aiopotâr*, compoito, *Acepiâpotâr*, *Aimeêng*, *Aicuâb*, compoito, *Aimeêncuâb*” (Mas o mais universal uso, de forma principal em verbos compostos com outros verbos, ou advérbios etc, é tirar-se a última consoante do primeiro verbo como *a-s-e-piak*, eu o vi; *a-i-potar*, eu quero; composto *a-se-pia-potar*, eu quero ver; *a-i-meeng*, eu dei, *a-i-kuab*, eu sei, *a-i-meen-kuab*, eu sei que eu dei) (Anchieta, 1595, fol. 2f).

Note-se que a regularidade para Anchieta era considerada um “uso universal”, isto é, um uso comum que todos os falantes da comunidade de fala poderiam compreender, um conceito que por “adequação teórica” (Koerner, 2014) pode ser vinculado ao conceito moderno de norma de Coseriu (Fiorin, 2012), sendo a norma nada mais do que um uso que tem valor universal para a comunidade de fala, mesmo que ela empregue uma língua com variações linguísticas. Anchieta percebia pelo “uso universal” uma norma linguística, ou regularidade, que foi descrita pelas regras da língua tupinambá em sua gramática. O qualificador “universal” remete-se ao universo de falantes da língua indígena, isto é, todos que falavam a língua, mesmo com variantes.

Para a grafia moderna dos termos na língua tupinambá, que foram antes transcritos em edição semidiplomática, empregamos o Curso de Tupi Antigo, de Lemos Barbosa (1956), a tradução alemã de Julius Platzmann (Anchieta, 1874 [1595]), o dicionário de Eduardo Navarro (2013) e a edição moderna da gramática de Armando Cardoso (Anchieta, 1990 [1595]) e os estudos de fonologia e de morfologia do verbo em tupinambá de Aryon Rodrigues (1958). Muito recentemente, Gerardi (2023) publicou a obra *A Role and Reference Grammar Description of Tupinambá*, tese desenvolvida na Universidade de Tübingen e uma referência para a descrição moderna da língua tupinambá.

2. A *Viva vox* erasmiana na *Respublica Literaria Christiana* de Nóbrega e Anchieta

Para que Anchieta chegasse à descrição da língua tupinambá, e à sua redução a regras, ou regularidades, em sua gramática, o conceito de “*viva vox*” (viva voz) foi fundamental. Esse conceito erasmiano, aplicado no contexto da América portuguesa quinhentista, sobretudo na missão projetada pelo jesuíta e humanista Manuel da Nóbrega (1517-1570), teve um impacto na formação do pensamento linguístico, como procuramos demonstrar, inicialmente, embasados pelo registro da própria gramática. Para analisarmos a estrutura desse pensamento, e o que vem a ser o conceito teórico de “viva voz”, devemos refletir sobre o que foi esse processo de missão na América portuguesa quinhentista, e como a redação de uma gramática tornou-se relevante para a intelectualidade da época, liderada por Nóbrega e Anchieta.

A América portuguesa quinhentista, como colônia ultramarina do reino de Portugal no século XVI, cuja maioria da população era indígena e falante da língua tupinambá, teve nos missionários com formação humanística e cristã sua primeira intelectualidade oficial. Esse período conhecido como primeira modernidade (*early modernity*) europeia teve a sua singularidade em contextos diversificados, e o pensamento linguístico dessa época é bem variado, mas tem como base comum o emprego da língua latina ao lado da gramatização dos vernáculos, e a sua posterior expansão colonial, notadamente o castelhano e o português (Auroux, 1992).

Para descrever esse contexto, em estudos anteriores, optamos pela teoria ecolinguística, caracterizando-o como um ecossistema linguístico (Kaltner, 2020; Couto, 2007), na relação entre línguas, povos e meio ambiente. A fim de aprofundar essa leitura, podemos analisar o projeto de missão de Nóbrega e Anchieta entre os povos tupis pela intersecção de dois conceitos europeus da época, referentes a uma visão utópica da sociedade: a *res publica christiana* (República Cristã) medieval, de Agostinho, e a *Respublica Literaria* dos humanistas itálicos, termo registrado primeiramente no século XV (Regoliosi, 2010). O clima intelectual desenvolvido na missão de Nóbrega e de Anchieta parece ser uma síntese dessas duas utopias: uma República Cristã indígena, conforme o modelo agostiniano, acrescida de uma República Literária, por escolas e colégios para crianças indígenas, ou “mamelucas”, com a prática das humanidades, conforme o modelo humanístico.

Essa República Literária Cristã singular parece ter sido o modelo de pensamento mais próximo aos ideais de missão propostos por Nóbrega e Anchieta, em que a gramática da língua indígena poderia ter se situado, além de outras obras poéticas e em prosa escritas nesse contexto. Para que essa “república” cristã e literária se concretizasse, a “viva voz” era necessária, isto é, a interação com os povos originários, que deveriam conhecer essas duas novas realidades: a doutrina cristã e as práticas letradas europeia, como a poesia e o teatro. A influência da *res publica Christiana* de Agostinho está no fato de que essa missão não buscava integrar diretamente os povos indígenas em cidades, ou mesmo em locais vinculados à administração colonial, isso ocorria em um mundo a parte, afastado, próprio das missões.

O conceito de “*viva vox*” (viva voz), descrito por Erasmo no adágio que é numerado como 117, é fundamental para compreendermos o que Anchieta compreendia por uso, e mesmo para descrevermos como as missões jesuíticas na América portuguesa quinhentista se constituíram inicialmente. A percepção de que duas utopias dialogaram em sua fundação nos

permite compreender por que certas práticas, como a gramatização da língua tupinambá, foram importantes para esse contexto. Vejamos o comentário de Erasmo, em uma edição atribuída a Manuzio (1578), à época do Concílio de Trento, acerca do conceito:

Viva vox olim dicebatur non scripta, sed ab ipso pronuntiantis ore percepta quasi vivida atque efficax. Nam viva nonnunquam dicuntur quae nativa sunt, non facticia, ut vivo de marmore et vivoque sedilia saxo. Inest autem rebus nativis nescio quid gratiae genuinae, quod ars nulla queat imitatione consequi (Manuzio, 1578, p. 121).

(A viva voz, outrora, era dita não quanto às coisas escritas, mas quanto a coisas percebidas pela própria boca daquele que as pronuncia, como se fosse algo vívido e eficaz. Pois, às vezes, são chamadas de vivas aquelas coisas que são nativas, não artificiais, como algo de mármore vivo e bancos de pedra viva. Existe internamente, nas coisas nativas, não sei dizer, algo de uma graça genuína, que nenhuma arte pode perseguir por imitação).

No início de seu comentário, Erasmo afirma que a viva voz deriva não das coisas escritas, mas antes do que é percebido pelo próprio falante, é algo “vívido” e “eficaz”, algo que é natural, ou nativo, e não artificial. Essa beleza genuína da viva voz é comparável às construções de mármore e aos bancos talhados em pedra viva, e não pode ser imitada. Assim, podemos compreender como Anchieta registra em sua gramática que a viva voz é o principal meio para o aprendizado da língua indígena, quando é falada pelos próprios indígenas, mais do que deve ser aprendida pela leitura de sua gramática. A viva voz apresentava as variedades da língua, algo que a gramática não refletia.

Na sequência, o humanista comenta que a escrita é apenas uma voz imitadora, artificial, da verdadeira voz, pois não possui movimento e ação, não possui vida, não é como a viva voz. Erasmo cita Quintiliano, para quem a ação era a vida da oração. Por fim, apresenta o conceito de “*elocutio*” (elocução), que por adequação teórica corresponde ao conceito de expressão, de fala, que para o humanista representava a “carne”, a “pele” e a “cor” da viva voz, assim como a pronúncia representava o “*motus*” (movimento) da língua. A fim de estabelecer mais uma analogia com o mundo natural, a língua é comparada com um rio vivo, ou com um metal cor de prata vivo, o mercúrio, pois o movimento é o sinal de vida:

Porro scriptura vox quaequam est, sed quasi facticia veraeque vocis utcumque imitatrix. Deest actus motusque, hoc est vita. Siquidem actio, ut auctor Fabius, orationis quasi vita est. Rerum inventio ossium instar est, ordo nervos imitatur, elocutio carnem, cutem coloremque. Memoria spiritus vice fungitur, quibus omnibus accedit pronuntiatio velut motus quidam vitalis. Nullum enim certius argumentum vitae quam motus. Unde et flumina viva dicuntur, et argentum vivum. Contra mortua quae torpent languentque. (Manuzio, 1578, p. 121).

(Por outro lado, a escrita é uma certa voz, mas uma imitadora, como que artificial, da verdadeira voz. Falta-lhe o movimento e a ação, ou seja, a vida. De fato, a ação, como diz o autor Fábio, é como a vida da oração. A invenção das coisas é como a estrutura óssea, a ordem imita os nervos, a expressão imita a carne, a pele e a cor. A memória atua como o espírito, a pronúncia é como algum tipo de movimento vital. Nada é mais certo como argumento da vida do que o movimento. Daí o uso das expressões ‘rios vivos’ e ‘mercúrio vivo’. Em contraste, as coisas mortas são as que ficam inertes e languescem.).

Assim, podemos compreender o que Anchieta poderia ter compreendido ao empregar o termo “pronúnciação” em sua gramática, como um movimento da viva voz ao falar a língua indígena, e como reiterou diversas vezes que apenas o uso poderia ensinar a língua, isto é, o convívio com os povos originários, pois a sua gramática estava limitada ao descrever a língua indígena

e restringi-la à escrita. No comentário de Erasmo, em sua diatribe à escrita em antagonismo à viva voz, há, por fim, uma exemplificação de autores clássicos que debateram o tema, como um escólio. Esses comentários iniciados com Cícero possuem natureza filosófica, e demonstram as fontes da filosofia da linguagem humanista, que esteve na formação intelectual dos jesuítas e de Portugal no século XVI.

Vejamos os comentários finais:

Cicero libro Tusculanarum quaestionum secundo: "Licet enim satis exemplorum ad imitandum ex lectione suppeditet, tamen viva illa, ut dicitur, vox alit plenius, praecipueque praeceptoris". Idem ad Atticum libro secundo: "Ubi sunt nunc qui aiunt ζώσης φωνῆς? Quanto magis vidi ex tuis literis quam ex illius sermone, quid ageretur". Porro quod Cicero protulit abruptum ac mutilum, hoc quidam supplerunt de suo ad hunc modum: ζώσης φωνῆς μείζω ἐνέργειαν εἶναι. Plinius junior in epistola quadam ad Nepotem: "Praeterea magis, ut vulgo dicitur, viva vox afficit. Nam licet acriora sint quae legas, altius tamen in animo sedent quae pronuntiatio, vultus, habitus, gestus etiam dicentis adfigit" (Manuzio, 1578, p. 121).

(Cícero, no livro segundo das *Questões Tusculanas*, diz: "Embora haja exemplos suficientes para imitar na leitura, no entanto, aquela voz viva, como se diz, alimenta mais plenamente, especialmente a do professor". O mesmo no livro segundo a Ático: "Onde estão agora aqueles que falam da voz viva? Quanto mais aprendi com suas cartas do que com a fala dele, sobre o que estava acontecendo". Além disso, o que Cícero apresentou de forma abrupta e mutilada, alguns completaram da seguinte forma: "A energia da voz viva é maior". Plínio, o Jovem, em uma carta a Nepos, diz: "Além disso, como é comumente dito, a voz viva afeta mais. Pois embora o que você lê seja mais ácido, o que a pronúncia, expressão facial, postura e até mesmo os gestos do falante fixam mais profundamente na mente").

Erasmo cita o conceito grego de viva voz: "ζώσης φωνῆς" (zóses phonês), como a fonte do conceito latino de "viva vox", e Cícero como o introdutor desse termo e debate na filosofia antiga romana, de expressão latina. O termo aparece no livro segundo das *Questões Tusculanas*, e em seguida em uma das cartas a Ático. Plínio, o Jovem, também empregou o termo, que era um conceito vinculado à oratória latina e à retórica grega, remetendo tanto ao discurso dito de improviso quanto à fala natural da língua, em oposição ao artificialismo. A viva voz é um discurso com mais "ἐνέργεια" (enérgeia), isto é, com mais energia, ou potência, e vitalidade, do que o discurso apenas escrito. Dessa forma, tudo que é escrito só se torna vivo pela voz.

Na última sequência de exemplos, temos um registro da obra do filósofo latino Sêneca que também foi uma das fontes clássicas de Erasmo para o conceito de viva voz, que traz o convívio e a viva voz como formas de aprendizado mais importantes do que a leitura, e S. Jerônimo que traz o conceito de viva voz com sua energia latente. Nesse aspecto, já podemos notar que esses conceitos também dialogam com a catequese e a doutrinação cristã, que deveria ser desenvolvida mais pelo convívio e pelo diálogo do que pela leitura, conforme o clima de opinião humanístico:

Seneca epistola quinta: "Plus tamen tibi et viva vox et convictus quam oratio proderit". Divus Hieronymus in praefatione generali: "Habet nescio quid latentis energiae viva vox et in aures discipuli de doctoris ore transfusa fortius sonat". Hactenus ille. Unde celebratum illud Aeschinis, de Demosthene: "Τί δέ, εἰ αὐτοῦ θηρίου ἠκηκόειτε", id est Quid autem si ipsam audissetis beluam? Et illud: in scriptis Demosthenis magnam Demosthenis partem abesse (Manuzio, 1578, p. 121).

(Sêneca, em sua quinta carta: “No entanto, a voz viva e a convivência serão mais proveitosas para você do que o discurso”. São Jerônimo, na prefácio geral: “A voz viva tem algo, não sei, de uma energia latente e, quando derramada nos ouvidos do discípulo pela boca do professor, soa mais fortemente”. Até aqui estive de acordo. De onde há a famosa frase de Ésquines sobre Demóstenes: “E se vocês tivessem ouvido a própria fera?” E aquela outra: “Na escrita de Demóstenes, falta uma grande parte de Demóstenes”).

Esses ideais, de certa forma, dialogam com o modelo de missionação na América portuguesa quinhentista, e justifica que a gramática de Anchieta, um instrumento para a doutrinação cristã, não era um fim em si mesmo, mas antes um primeiro contato com a língua indígena, por missionários europeus, antes que fosse desenvolvido seu aprendizado pelo uso, entre os povos originários, em “viva voz”. Como o tema teológico da evangelização está presente na descrição erasmiana, não nos custa lembrar que o termo grego equivalente à viva voz: “ζώσης φωνῆς” (zóses phonês) é registrado nos fragmentos de Papias, de Hierápolis (antes de 70-c. 155 d.C.), teólogo da Ásia menor, muito influente na tradição cristã medieval e renascentista do contexto europeu.

Papias opunha a tradição escrita, ou bíblica, de “βιβλίων” (bíblion, o livro), à tradição oral, “τὰ παρὰ ζώσης φωνῆς καὶ μενούσης” (a viva e duradoura voz) para a conversão cristã, apresentando as bases iniciais do cristianismo não como uma religião do livro, mas uma religião da fala. Essa concepção teológico-filosófica não foi citada por Erasmo, mas era congruente com a sua definição e comentário do conceito latino de “viva vox”, assim como também se alinha à concepção de missionação na América portuguesa quinhentista. Dessa forma, podemos compreender que Anchieta escreveu uma gramática para que os missionários aprendessem os elementos, ou rudimentos da língua indígena, antes de aprendê-la de viva voz nas comunidades de fala dos povos originários.

3. Conclusão: por que uma arte de gramática na obra de Anchieta?

A título de conclusão, podemos nos indagar, por que Anchieta escreveu uma arte de gramática na América portuguesa quinhentista? Cumpre salientar que na obra de Figueira, de 1621, o autor afirma que sua gramática é a primeira gramática da língua brasileira na América portuguesa, seu período histórico é o que predomina a *ratio* sobre o *usus*. É interessante notar que Anchieta rotulou sua gramática como “arte”, como uma *ars grammatica*, notadamente uma referência indireta à obra de autores como o gramático latino Donato, autor de uma *ars grammatica* latina.

A obra de Anchieta foi redigida, provavelmente, entre 1554 e 1556, já havia décadas de contato linguístico por missionários franciscanos no território da América portuguesa que conheciam a língua tupinambá pelo uso, por viva voz, assim como intérpretes e colonos europeus. O fato de Anchieta ter rotulado sua gramática como uma “ars” nos dá o indício de que era um texto escrito no gênero dos “rudimenta” (rudimentos), uma gramática elementar, tendo em vista que a língua indígena era muito mais complexa e variada do que a descrição que o humanista podia fazer.

O emprego reiterado do termo uso, a ponto de colocá-lo como “mestre”, e o emprego do termo “viva voz” para explicar seu método de descrição linguística o aproximam do humanismo e o afastam da escolástica, por vezes tão racionalista. Há uma sugestão de possível influência

de uma concepção de mundo de base mais empirista do que racionalista, ou mesmo uma busca pelo equilíbrio de duas formas de se enxergar o mundo. O empirismo franciscano de Ockham na missionação, talvez predominante nos primeiros missionários da América portuguesa, não apresentava a necessidade de um registro escrito da língua, das cartas e da educação humanística, que era a novidade jesuítica trazida à colônia ultramarina.

As escolas de ler e escrever e os colégios jesuíticos de Nóbrega e de Anchieta traziam as inovações humanísticas do Colégio das Artes de Coimbra para a América portuguesa quinhentista. Eram novas visões de mundo que alteraram o contato linguístico inicial com os povos originários, nesse cenário, uma arte gramatical ganhou relevo. Depois de algumas décadas, a gramática de Figueira foi publicada em 1621, em uma nova gramática que substituiu de vez o empirismo pelo racionalismo, mesmo na missionação e na doutrinação cristã. Esse é um tema de interesse para a Historiografia da Linguística e uma questão para elucidar o pensamento linguístico de Anchieta e de outros missionários na América portuguesa no contexto da primeira modernidade.

Referências

ANCHIETA, José de. **Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. Coimbra: António de Mariz, 1595.

ANCHIETA, José de. **Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. Edição crítica e comentada por Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1990 [1595].

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli. Campinas: Orlandi. -- Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1992.

BATISTA, Ronaldo (org.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019.

CAVALIERE, Ricardo. **História da gramática no Brasil – séculos XVI ao XIX**. Petrópolis: Vozes, 2022.

COUTO, Hildo Honório. **Ecolinguística. Estudo das relações entre língua e meio ambiente**. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.

FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística**. São Paulo: Contexto, 2012.

GERARDI, Fabrício. **A role and reference grammar description of Tupinambá**. Tübingen: Tübingen Library Publishing, 2023.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Regna Brasillica: contextualização da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595). **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 1–25, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i1.1379. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1379>. Acesso em: 15 jan. 2024.

KOERNER, Konrad E. F. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Trad. Cristina Altman et al. Braga: Estúdio de Artes Gráficas, Braga, 2014.

LEMOS BARBOSA, A. **Curso de tupi antigo: gramática, exercícios, textos**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

MANUTIUS, Paulus. **Adagia quaecumque ad hanc diem exierunt [...]**. Venetiis: Apud Hieronymum Polum, 1578.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de Tupi Antigo**. São Paulo: Global, 2013.

Mariangela Regoliosi (org.). **Lorenzo Valla: La riforma della lingua e della logica**. Florence: Polistampa, 2010.

PLATZMANN, Julius. **Grammatik der Brasilianischen Sprache mit zugrundelung des Anchieta**. Leipzig: Teubner, 1874.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Phonologie der Tupinambá-Sprache**. 1958. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Universidade de Hamburgo, 1958.

SWIGGERS, Pierre. “Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas e problemas”. In: BATISTA, Ronaldo et al. **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 45-80.

ZWARTJES, Otto. **Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550–1800**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2011.

Declaração de contribuição dos autores

Leonardo Ferreira Kaltner, responsável por Conceptualization, Project Administration, Investigation, Writing – original draft.

Melyssa Cardozo Silva dos Santos, responsável por Resources, Writing – review & editing, Methodology.

Declaração de conflito de interesse

Os autores declaram que não há conflito de interesse.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.